

FMI só negocia após os cortes

A missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) continua esperando que o Governo defina os cortes nas despesas das estatais com custeio e o expurgo dos índices para dar prosseguimento às negociações como os ministros Delfim Netto, do Planejamento; e Ernane Galvêas, da Fazenda, com o objetivo não apenas de concluir o relatório sobre a economia brasileira mas também, possivelmente, de participar da redação de um novo memorando técnico de entendimento que passará a prevalecer no acordo, com metas trimestrais "realistas" que possam ser cumpridas.

A informação foi dada ontem, em caráter reservado, por um dos membros da missão no Banco Central, ao confirmar que o grupo chefiado pelo ex-ministro colombiano Eduardo Wiesner ficará em Brasília até a próxima semana, "se isto for necessário para fechar as estatísticas", que farão parte do **staff report** a ser encaminhado ao diretor-gerente daquele organismo, Jacques de Larosiere. Até o início da noite ainda não havia sido marcado o próximo encontro entre a missão e os ministros da área econômica, mas isto pode acontecer entre hoje e sexta-feira.

ROYALTIES

O chefe do Departamento Ocidental do FMI, Eduardo Wiesner, passou a maior parte do dia em sua sala no Banco Central, deixando os contatos com o segundo escalão brasileiro a cargo de seus técnicos. A economista Ana Maria Jul reuniu-se no final da tarde com o chefe do Departamento Econômico (Deppec) do Banco Central, Alberto Sozím Furuguem, para completar dados relacionados com a expansão do crédito líquido interno nos primeiros cinco meses do ano. Após o encontro, ela voltou a dizer que qualquer declaração só pode ser dada por Wiesner, numa indicação de que está havendo um impasse nas negociações com o governo brasileiro.

Enquanto isso, o chefe da Divisão do Atlântico do FMI, Tho-

mas Reichmann, reuniu-se no Ministério da Fazenda com o coordenador da área de tributação da Secretaria da Receita Federal, Jimir Doniak, e com técnicos do Instituto Brasileiro do Café (IBC), para analisarem as "pequenas limitações cambiais" mencionadas na carta de intenções do Governo brasileiro datada de 6 de janeiro último. Com a presença do assessor jurídico da missão, Aarno Liuksila, e do economista John Lipsky, a reunião serviu para analisar as limitações nas remessas externas de **royalties** e assistência técnica, bem como as quotas de contribuição de café, cacau e peles de animais, além do imposto sobre remessas externas de lucros e dividendos.

Com a participação também de técnicos da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, o encontro permitiu aos membros da missão se inteirar das alterações na legislação tributária relativas à exportação de sucos de laranja e tangerina, bem como farelo de milho e couro de gado, além da situação dos pagamentos incluídos nos acordos bilaterais com a Hungria e a Romênia. Um membro da missão informou, depois, que realmente o FMI recomenda a eliminação de qualquer taxa adicional sobre as exportações de produtos industrializados para outros países membros da instituição, mas para isso há prazo pelo menos até o final de agosto deste ano.

Membro do Departamento Jurídico do FMI, o advogado Aarno Liuksila, foi incluído nesta missão que está no Brasil com o objetivo de analisar os aspectos legais que envolvem as chamadas "pequenas restrições cambiais" na economia brasileira, principalmente as restrições à remessa de lucros ao exterior e a quota de contribuição sobre as exportações de café, cacau e peles de animais selvagens. O Governo brasileiro prometeu ao Fundo, na carta de intenções, eliminar durante o primeiro ano de vigência do acordo "um número de restrições cambiais de menor porte", substituindo-as por "medidas de natureza não cambial".